O SURGIMENTO DA FAVELA: SEGREGAÇÃO ESPACIAL E ESTIGMA MORAL

Sérgio Baptista dos Santos [1]

RESUMO:

Nesse artigo, traço um histórico para descrever como se foi construindo um discurso político e científico no Rio de Janeiro do início do século XX sobre os espaços de moradia popular que passaram a ser reconhecidos como favelas. Esse discurso atribuía às favelas como locus da violência e da desordem, estabelecendo uma dicotomia geográfica e moral no espaço urbano do Rio de Janeiro entre a favela e a cidade. Dessa forma, é esvaziado o conteúdo hu-mano das pessoas que eram expulsas do centro da cidade, imputando-as estigmas degradan-tes ao não as reconhecerem como seres humanos iguais e dignos. Essa construção discursiva se deu paralelamente ao processo de segregação espacial ocorrido no período em que as eli-tes cafeeiras reconstruíam a Capital Federal para que essa espelhasse as ideias vigentes de civilização e modernidade. Por fim, mostro o impacto para a construção das identidades pes-soais das vítimas da segregação espacial e estigmatização moral.

PALAVRA CHAVE: *Rio de Janeiro, favela, identidade, segregação, estigma.*

ABSTRACT:

In this article, it is outlined a history to describe how a political and scientific discourse was created in Rio de Janeiro in the early 20th century upon the popular housing spaces that came to be recognized as favelas. This discourse ascribed to favelas as locus of violence and disorder, establishing a geographical and moral dichotomy in the urban space of Rio de Janeiro between the favelas and the city. Thus, the human content of the people who were banished from the city center is emptied accrediting degrading stigmata

[1] Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Sociologia da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC). E-mail: serbats@gmail.com

to them by not rec-ognizing them as equal and worthy human beings. This discursive construction took place alongside to the process of spatial segregation that happened during the period when the cof-fee elites rebuilt the Federal Capital to reflect the current ideas of civilization and modernity. Finally, it is shown the impact upon the construction of victims' personal identities of the spatial segregation and moral stigmatization.

KEYWORD: *Key words: Rio de Janeiro, favela, identity, segregation, stigma.*

Introdução

Segundo o sociólogo Erving Goffmam, o termo estigma foi criado pelos gregos antigos para denominar sinais corporais que evidenciam alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais, feitos com cortes ou fogo, avisavam que o portador era uma pessoa marcada, ritualmente poluída, um escravo, criminoso ou traidor, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos.

A imagem do estigma como uma marca que discrimina determinados grupos de uma sociedade é particularmente interessante para os objetivos deste artigo. Isto porque no Brasil um grupo social tornou-se marcado, "poluído" pelo discurso político e científico, mesmo que sem marcas físicas no corpo, mas, assim como os escravos e pessoas com o status moral deteriorado na Grécia Antiga, é sistematicamente evitado no espaço público e não se é aconselhável transitar pelos espaços sociais onde reside.

Pretendo descrever as consequências humanas da reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro, então Capital Federal, no início do século XX. Especificamente, o foco será sobre a segregação espacial e estigmatização moral de que foram vítimas as camadas mais pobres da sociedade carioca do início do século XX durante a chamada "Regeneração". Pois é a partir desse momento que cidade do Rio de Janeiro começa a transformar, por meio da intervenção do Estado, radicalmente a sua forma urbana e apresentar um espaço estratificado em termos de classes sociais.

As consequências provocadas pela "Regeneração" da cidade do Rio de Janeiro não ficaram circunscrita à segregação espacial a que foi vítima grande parte da população cario-ca. Além de segregados, essas pessoas foram estigmatizadas, seu conteúdo humano esvazia-do e suas identidades foram degradadas pelo discurso "higienizante" e "regenerador".

Na modernidade, de acordo com filósofo Charles Taylor, nossa identidade é uma construção dialógica que se molda pelo reconhecimento ou por sua falta. Dito de outra for-ma, a definição de "quem somos" depende da relação que estabelecemos com os membros de nossa sociedade ou com outra sociedade. Dessa forma, um indivíduo ou grupo pode sofrer graves danos se as pessoas ou a sociedade os refletem num quadro depreciável. Por isso, a falta de reconhecimento constitui uma forma de opressão que

aprisiona indivíduos ou grupos em um modo de ser falso e deformado. Esse foi o efeito dos estigmas atribuídos à população considerada como um refugo humano indigno de habitar na Capital Federal regenerada.

Este artigo, apesar de discutir as imagens que se atribuíam à favela até nossos dias, se centrará nas primeiras interpretações dessa forma de moradia popular do início do século XX. Nesse período, acredito que o núcleo duro simbólico da favela se configura e se sedimenta. Antes de entrar propriamente na discussão central deste trabalho, é necessário traçar um breve histórico em que abordarei os problemas que a capital da República Velha apresentava e as quais demandas a sua reforma respondia.

1. “Porto sujo”

Prudente de Morais (1894-1898) deu início à sucessão civil dos governos militares que haviam fundado a República: o de Marechal Deodoro (1889-1891) e o de Floriano Peixoto (1891-1894). Prudente de Moraes e os governos civis, até 1930, adotaram políticas para favorecerem a burguesia agrária paulista, os cafeicultores. Para atrair capital estrangeiro, empréstimos externos que financiassem a produção de café, orientaram suas ações políticas com o objetivo de mostrar às grandes potências a imagem de um governo estável, economia saneada e administração competente. Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, deu o primeiro passo nesse sentido, conseguiu extinguir as revoltas militares que impediam a consolidação das novas instituições republicanas.

O sucessor do presidente Prudente de Moraes, Campo Sales, continuando a política de apaziguamento social e político, deu fim à Revolta da Armada (1889-1894) Revolução Federalista (1893-1895) e ao Arraial de Canudos (1893-1897). Saneou as contas da nação após a febre fiduciária do Encilhamento. Tal feito se deu com uma política econômica de combate à inflação que diminuiu o meio circulante, conteve drasticamente os gastos do governo para equilibrar as contas e aumentou impostos, especialmente sobre produtos importados. Garantia-se assim atender às exigências de banqueiros londrinos que, em troca, renegociariam a enorme e crescente dívida externa do país. O acordo foi negociado

na forma de moratória e denominado fundingloan (CARSOSO, 2004).

Entretanto, havia outros obstáculos para a entrada dos estrangeiros e o seu capital em território nacional, era preciso modernizar a cidade, a começar pela sua porta de entrada: o porto. Apesar de ser o maior porto do Brasil e ocupar uma posição de destaque no cenário mundial, o décimo quinto mais importante do mundo em volume de exportação e o terceiro da América, sendo superado por Nova Iorque e Buenos Aires (GOÉS, 1988), apresentava uma estrutura anacrônica e limitada; incompatível com a sua condição de catalisador de toda atividade econômica do país. Seus limites e sua pouca profundidade impediam que grandes transatlânticos internacionais atracassem; ficavam ancorados ao largo, o que tornava necessário um sistema moroso e caro de transbordo por meio de barcos menores (SEVCENKO, 1984).

O transporte terrestre constituía um outro problema. Uma vez em terra firme, os produtos que chegavam deveriam ser levados à malha ferroviária do Rio de Janeiro para serem distribuídos para todo país. Entretanto, as ruas da cidade guardavam as suas características coloniais que impediam o movimento ágil e de grande volume de mercadorias; ruelas estreitas, sinuosas e sombrias onde carros, que começavam a ser usados, carroças, charretes e carrinhos de mão se imbricavam e tornava morosa e, por isso, cara, a ligação do cais com a rede ferroviária e os estabelecimentos comerciais da cidade (ABREU, 2006).

Além do desenho anacrônico para sua função de intermediação de mercadorias, a cidade apresentava sérios problemas sociais. Na passagem do século XIX para o século XX houve um vertiginoso crescimento populacional superior a 100% entre os anos 1890 a 1920. Em números absolutos, passou de 522.651 habitantes para 1.157.873. Esse incremento demográfico foi causado pela abolição do trabalho escravo, de pessoas egressas do Vale do Paraíba devido ao declínio da atividade cafeeira, miríades de migrantes internos atraídos pelo Encilhamento e pela esperança de inserção no mercado de trabalho urbano carioca e com um afluxo de imigrantes estrangeiros vindos para capital depois de suas desventuras na cafeicultura (SEVCENKO,1984). O impacto desse crescimento populacional agravou os problemas de habitação tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Os antigos problemas de abastecimento de água, de higiene e saneamento foram agravados de forma trágica nos primeiros anos da República

(CARVALHO, 1987). Nesse espaço geográfico pequeno e entremeado por morros e regiões pantanosas, essa quantidade de pessoas criou uma demanda por moradia que levou os proprietários dos grandes casarões imperiais e coloniais do centro da cidade

> *[...] a redividi-los internamente em inúmeros cubículos, por meio de tabiques e biombos, os quais eram então alugados para famílias inteiras. Assim, transformados em imensos pardieiros, esses casarões acomodavam a maior parte da população urbana e transformavam a região central num torvelinho humano que pululava penoso e irrequieto desde as primeiras horas da manhã, na luta por oportunidades cada vez mais escassas de sustento. (SEVCENKO, 1984, p.40).*

As condições de habitação e salubridade já eram uma preocupação antes da Proclamação da República,1889. O Estado concedia isenção de impostos e outros benefícios às indústrias que construíssem casas populares higiênicas aos seus empregados. Em 1888, o Estado isentou a cobrança de impostos sobre a importação de materiais de construção de casas e concessão de terrenos e edifícios para empresas que se propusessem a construir casas populares. Em 1889, a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro passou a explorar a concessão, inaugurando em 1890, cinco vilas operárias. Todavia, essa política habitacional não eliminou os cortiços que continuaram a abrigar a maior parte da população pobre da cidade (ABREU, 2006).

A falta de solução para o problema habitacional tornou mais intensas as epidemias de febre amarela e varíola que assolavam a cidade constantemente. O ano de 1891 foi trágico, juntarem-se às periódicas epidemias de febre amarela e varíola, epidemias de tuberculose e malária, de cada 1000 habitantes, 52 morreram. As epidemias não discriminavam características sociais, econômicas e étnicas. No verão, o corpo diplomático de vários países fugia para Petrópolis, nem sempre com êxito. O governo inglês pagava um adicional ao salário de seus diplomatas pelo risco de trabalharem no Rio de Janeiro (CARVALHO, 1987).

Além de atingirem de forma indiscriminada a população, essas epidemias fizeram com que o Rio de Janeiro ganhasse a fama internacional de “porto sujo”. Várias companhias de navegação se recusavam a atracar, o que representava um sério entrave à circulação de mercadorias, força de trabalho e capitais, devido às constantes quarentenas impostas aos navios estrangeiros (BENCHIMOL, 1990). O presidente Rodrigues Alves, ciente do seu papel para consolidar o poder econômico da burguesia agrária exportadora

paulista, declarou, quando eleito, no Manifesto à Nação, divulgado em 15 de novembro de 1902:

> *Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta capital. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação [...] A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo (BENCHIMOL, 1990, p.17).*

O vultoso incremento populacional na Capital Federal não se constituiu apenas como problema de saúde pública devido ao crescimento dos cortiços e casas de cômodos, principal habitação dos pobres, considerados como principal foco propagador de doenças da cidade (CHALHOUB,1996). Mas também, passaram a representar uma ameaça para quem tinha algo a perder e à manutenção da ordem pública. Ou seja, esse contingente populacional aumentou insegurança pessoal e social (SEVCENKO,1984).

Devido ao crescimento demográfico, a tendência era que as oportunidades de emprego se tornassem escassas. Não foi o que ocorreu. Desde 1890, na qualidade de Capital Federal e entreposto comercial, assiste-se a um crescimento da estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro e amplia-se a necessidade de braços para serem absorvidos pelo setor terciário. Mesmo que em 1906 a cidade contasse com 811 000 habitantes, aos olhos da burguesia, havia escassez de trabalhadores aptos às novas relações de trabalho; às relações de trabalho assalariadas (VALLADARES,1991). Como observou o historiador Lúcio Kowarick (1994), a maioria dessa população era considerada indisciplinada, indolente e preguiçosa, consequentemente incapaz de forjar um mercado de trabalho porque a simples existência de uma massa de homens expropriados de meios de subsistência não necessariamente os torna propensos a vender sua força de trabalho. É preciso que o labor tenha um conteúdo moral positivo. No Brasil, com um passado escravocrata recente, o trabalho manual era visto como moralmente degradante (KOWARIK,1994). Por isso, apesar do grande número de braços disponíveis na capital, existia, paradoxalmente, uma grande demanda por trabalhadores que estivessem incorporados à ética do trabalho, que "amassem" o labor (VALLADRES, 1991).

A não formação de um mercado de trabalho nativo é confirmada pela preocupação do governo federal em importar braços estrangeiros para o país (KOWARIK,1994). O

resultado é que mais de 100 000 dessas pessoas em 1890, e mais de 200 000 em 1906 que não ingressaram no mercado de trabalho formal, sobreviviam em ocupações mal definidas e/ou mal remuneradas. A maioria dessas pessoas transitava entre os mundos da legalidade e ilegalidade:

> *Eram ladrões, prostitutas, malandros desertores do Exército, da Marinha e de navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptores, pivetes (a palavra já existia) [...] tais pessoas eram as que mais compareciam às estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem , vadiagem, embriaguez, jogo. (CARVALHO, 1987, p.18).*

Essa quantidade de pessoas sem ocupação formal que habitava o centro da cidade era responsável por 60% das prisões da Casa de Detenção por crimes como contravenção, jogo, vadiagem, embriaguez e desordem (CARVALHO, 1987). Mais grave que a insegurança pessoal era a insegurança social que essa massa humana provocava. Tal preocupação se justificava pelo histórico de frequentes manifestações de rua, quebra-quebra de estabelecimentos comerciais e rebeliões contra medidas do governo julgadas como impopulares (MOTTA, 2004). Nesse período, início de transição da República para Monarquia, os ingredientes para descontentamentos populares indômitos e sem precedentes históricos na Capital Federal estavam dados; política econômica recessiva do governo Campos Sales e ausência de habitação em quantidade e qualidade para uma massa de pessoas que engrossava vertiginosamente. O barril de pólvora estava cheio e qualquer centelha poderia fazê-lo explodir. Por isso, um dos objetivos implícitos da reforma urbana, ponto principal do governo de Rodrigues Alves, era exatamente a eliminação dessa ameaça permanente a que o Estado estava submetido. Ação coerente com a finalidade maior dos governos civis de exibir

> *[...] ao mundo desenvolvido a imagem de uma nação próspera, civilizada, ordeira e dotada de instituições, a imagem de um Estado consolidado e estável. Nesse caso, seria uma contradição flagrante e desarmaria quaisquer argumentos diplomáticos, a simples existência na capital do país de uma multidão indômita, composta de aventureiros, mestiços, negros e imigrantes pobres, que ao primeiro grito de motim forravam a cidade de barricadas e punham em xeque as forças do governo. (SEVCENKO, 1984, p.42).*

Portanto, a reforma urbana tinha um objetivo claramente político, mas não anunciado, de remover do centro da cidade, as classes perigosas, a massa indômita, que, aos olhos da nova elite, constituía em uma constante ameaça à segurança pessoal e à

ordem pública. A chamada Reforma Pereira Passos irá tentar resolver essas contradições que o espaço carioca apresentava. Constituirá numa heterodoxa e discricionária definição sobre a natureza do espaço público, segundo a definição implícita na reforma esse será exclusivo para o gozo da elite. Na república do "café com leite" o espaço público reformado não será uma res publica (coisa pública).

2. Reforma: a tempestade do progresso

Em 1903, o próprio governo federal assume as obras de ampliação e modernização do porto. Foi o primeiro passo para o principal ponto do programa de governo de Rodrigues Alves. Para a coordenação e execução das obras do porto é escolhido pelo presidente da República, o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, com poderes e recursos ilimitados. Ele organiza uma comissão para o planejamento das obras e ressalta, em relatório de trinta de abril de 1903, que todo melhoramento do porto seria inútil se não houvesse reformas na estrutura de transporte terrestre:

Por ocasião da abertura da Avenida Central, saneamento e embelezamento da cidade, Rodrigues Alves indicou para o cargo de prefeito Francisco Pereira Passos. Consciente da grandeza da obra e para se prevenir de possíveis resistências, Pereira Passos aceita o cargo sob a condição de plena liberdade de ação, sem estar sujeito a embaraços legais, orçamentários ou materiais, condição prontamente concedida por Rodrigues Alves por meio da lei de 29 de dezembro de 1902, que criava um novo estatuto de organização municipal para o Distrito Federal. A lei concedia ao prefeito poderes absolutos sem qualquer direito de defesa à sociedade carioca. Afonso Arinos de Melo Franco, jurista e admirador da administração de Rodrigues Alves, não deixou de observar o caráter discricionário dessa lei:

> *O artigo 23 completava a disposição, pois, segundo ele, quando se tratasse de demolição, despejo, interdição e outras medidas, haveria apenas um auto afixado no local, que previa penalidades contra as desobediências. Daí vieram os numerosos casos de demolição, com as famílias recalcitrantes ainda dentro os prédios. O artigo 24 fazia tábua rasa do direito processual. Por ele consideravam-se "embargadas" (sem intervenção do Poder*

> *Judiciário) as obras em curso, nas quais fosse afixado edital da prefeitura, determinando aquela providência. O artigo 25 dispunha que o despejo dos residentes nos prédios a serem demolidos, bem como a remoção dos respectivos móveis e pertences, seriam feitos pela polícia. (SEVCENKCO, 1984, p.p.35-36).*

A Comissão Construtora da Avenida Central foi chefiada pelo Engenheiro Paulo de Frontin. Essa avenida deveria ligar o novo cais do porto e a Avenida Beira Mar, atendendo aos interesses da burguesia agrária paulista, pois tornava mais ágil a circulação de mercadorias pelas ruas da cidade até o porto (ABREU, 2006). As desapropriações para construção da avenida iniciaram em dezembro de 1903, as demolições, em fevereiro de 1904, contando com mil e oitocentos operários para a execução. Ao final, foram derrubados seiscentos e quarenta prédios para rasgar a parte mais habitada da cidade e construir um corredor que da Prainha ao Passeio Público. Inaugurada em sete de setembro de 1904, possuía cerca de trinta edifícios prontos e, aproximadamente, noventa em construção e ainda havia escombros cobrindo os lados da avenida (CARVALHO, 1987).

Além de seu valor funcional, dinamizar a circulação de mercadorias entre a avenida do porto e as ruas centrais da cidade, a Avenida Central respondia à necessidade do capital simbolizar os valores modernos de beleza, ordem e higiene no espaço. Razão de se instalarem nela as melhores casas comerciais, grandes companhias, jornais e edifícios públicos como a Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Supremo Tribunal, Teatro Municipal (ABREU, 2006).

Paralelo à construção da Avenida Central, Pereira Passos, gozando de poderes ilimitados e tirânicos que lhe foram concedidos pelo presidente, comanda as reformas para o "Saneamento e Embelezamento da Cidade". Em 1903 inaugura sua primeira obra, o alargamento da Rua do Sacramento. Institui o recuo progressivo dos edifícios e uniformização do plano alinhamento das ruas da cidade. Termina a demolição do Morro do Senado, que se arrastava há décadas. No espaço do morro constrói as ruas Mem de Sá e Salvador de Sá, ambas com dezessete metros de largura. A reforma urbana das freguesias centrais atingiu principalmente os quarteirões onde residia a população mais pobre. Para a derrubada do Morro do Senado foram demolidas várias casas onde residiam as populações mais pobres das freguesias de Santo Antônio e Espírito Santo (ABREU, 2006).

Além da construção dessas novas vias, houve, sob o comando do prefeito, uma série

de obras que tinham por finalidade o alargamento de ruas do centro da cidade. E, ainda, o prefeito determinou calçamento asfáltico de várias ruas do Centro, Catete, Glória, Laranjeira e Botafogo, enquanto o subúrbio da cidade era esquecido. Em nome do embelezamento, Passos proibiu a existência de quiosques, venda de produtos por ambulantes e proibiu a mendicância, acabando com a fonte de renda de muitas pessoas. Determinou a demolição de inúmeros cortiços que já haviam sido proibidos de receber qualquer reforma (ABREU, 2006).

A outra frente de modernização da cidade, o saneamento, ficou a cargo do médico sanitarista Oswaldo Cruz. Assim como Passos, Oswaldo Cruz exige e recebe do presidente plena liberdade de ação. Para erradicação da febre amarela, o governo edita a lei de março de 1904. Por meio dela, as autoridades governamentais responsáveis pelo saneamento da cidade, poderiam invadir, fiscalizar e demolir casas e construções. A lei de regulamentação da vacina obrigatória, em novembro desse mesmo ano, põe toda a cidade completamente submissa aos funcionários e policiais a serviço da Saúde Pública (SEVECENKO, 1984).

Para o combate à febre amarela, Oswaldo Cruz utilizou dos mesmos métodos que foram aplicados em Cuba: exterminar os mosquitos e isolar os doentes em hospitais. No combate à peste bubônica tratou de exterminar pulgas, ratos e desinfetar casas. Os alvos principais eram as áreas mais pobres da cidade e de maior densidade demográfica. Muitas habitações coletivas foram demolidas quer pelo diagnóstico do serviço de saúde pública, quer por não terem licença. Toda operação era realizada com acompanhamento do aparelho repressor do Estado. (CARVALHO, 1987).

3. O surgimento das favelas: segregação social

Juntamente com todas as ações que visavam redesenhar a cidade, tornando-a moderna e higiênica, Pereira Passos, editou vários decretos para adequar a população aos padrões estéticos e estilos de vida cosmopolitas que a Capital Federal deveria refletir. Ou seja, procurava-se regular os usos e costumes dos indivíduos no espaço

> *[...] proibindo a venda de bilhetes de loteria e a ordenha de vacas leiteiras,*

> *bem como a prática de medicina pública e de qualquer forma de comércio ambulante na avenida. Estavam sujeitos a punições àqueles que urinassem fora dos mictórios, cuspissem nas ruas e soltassem fogos de artifício. Cães soltos deveriam ser apreendidos. (MOTTA, 2004, p.30).*

Ao proibir certas práticas e propriedades, o alvo humano era nítido: os mendigos, os sem ocupação definida, enfim, a população mais pobre. Esse decreto deixava claro um dos objetivos implícitos da reforma: o afastamento dos pobres do centro da cidade para que as novas elites dominantes herdassem um espaço urbano modernizado, asseado onde poderiam circular sem o desconforto da imagem ameaçadora e constrangedora da pobreza (SEVCENKO, 1984).

Portanto, a reforma não só redesenhou a cidade, mas, também, estabeleceu quem tinha os atributos necessários, materiais e culturais, para ter acesso ao espaço público modernizado. Como bem observou Goffman (1982), em seu livro Estigma Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada:

> *A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. (GOFFMAN,1982, p.p.11 – 12)*

Nesse período, de transição do Império para a República, a visão que se tinha da pobreza era que essa representava uma ameaça à saúde pública e a ordem social, o que categorizava os pobres como não possuidores dos atributos valorizados para se viver na nova capital já que eram considerados como responsáveis pela desordem e proliferação de doenças na velha cidade. As epidemias que tornavam o Rio de Janeiro um "inferno tropical" foram relacionadas pelo discurso higienista às péssimas condições de salubridade em que viviam os setores mais pobres da população carioca: habitações coletivas precárias, sobretudo cortiços, onde se convivia com frequentes falhas no abastecimento de água e péssimas condições de saneamento básico (CHALHOUB,1996).

O cortiço, principal forma de moradia popular, fora eleito no período da Reforma Urbana, o inimigo número um da salubridade (VALLLADARES, 1991). A chamada "Regeneração", dando continuidade a medidas que proibiam a construção de novos cortiços, fechando e demolindo vários (ABREU, 2006), entre eles, o mais famoso de todos, o Cabeça de Porco. Portanto:

O cortiço tornara-se, com efeito, o alvo principal do discurso médico-higienista.

Local de moradia de nada menos que 130 mil pessoas ou um quarto da população do Rio em 1890, era a própria expressão da insalubridade, da doença e por extensão, da pobreza. As condições materiais de vida dos que aí se amontoavam eram propícias à propagação das epidemias e, muito embora se acreditasse que estas fossem mais fatais entre os pobres que entre os ricos, era no cortiço que germinava o mal que colocava em risco a saúde da população como um todo (VALLADARES, 1991,p.86).

Além de sofrerem uma campanha do governo que objetivava sua extinção para saneamento da cidade, os cortiços eram combatidos também pelo discurso político que via neles o berço do crime e do vício, o lócus das chamadas "classes perigosas" (CARVALHO, 1987). Classes perigosas nesse contexto histórico era sinônimo de classe pobre o que implica em dizer que a pobreza torna o indivíduo um perigo à sociedade (SEVCENKO,1984).

A imagem que se tinha da pobreza estava intrinsecamente ligada à definição de classes perigosas que para as novas elites dominantes da República se constituía pelos indivíduos pobres, o que vale dizer, todos aqueles indivíduos que não estavam subordinados à disciplina da fábrica, lócus do trabalho, da moral e da ordem. Pressupunha-se que o trabalhador, submetido à disciplina das relações sociais de produção capitalista, ao possuir uma fonte de rendimento regular, o salário, diferente de quem vivia de ganhos esporádicos, não fosse pobre ou que a miséria lhe fosse um universo distante. Portanto, eram considerados "pobres" todos os homens que não estavam submetidos à rígida "educação" disciplinadora do espaço e tempo das relações de produção capitalistas e que sobreviviam com ganhos irregulares. As elites dominantes atribuíam à condição de pobreza dessas pessoas como responsabilidade individual, pressupondo que esses se recusavam a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho preferindo a vadiagem. Nesse sentido a pobreza era um vício aderido por opção. Os cortiços e as ruas eram considerados o meio determinante desse "vício". Por isso, a sociedade se referia a esses seres humanos como vadios, em oposição ao trabalhador assalariado. A expressão vadio era associada a uma série de atributos; ociosidade, preguiça, malandragem. E os vadios eram considerados como os representantes de um mundo amoral e caótico (VALLADARES, 1991).

A Revolta da Vacina serviu para as elites sedimentarem essa visão dicotômica e

maniqueísta do mundo social. Nas interpretações que esse movimento recebeu dos setores médios e instituições governistas, a participação dos operários na revolta foi eximida por serem considerados ordeiros e disciplinados. Atribuiu-se a responsabilidade pela revolta aos "pobres", às classes perigosas (CARVALHO, 1987). O relatório do chefe da polícia, Cardoso de Castro, enumerando, segundo seu olhar, os participantes da revolta, sintetiza bem essa interpretação:

> *[...] o pessoal habituado ao crime, o rebotalho ou as fezes sociais [...] indivíduos educados na escola do vício e da malandragem, vagabundos, desordeiros profissionais, malfeitores dos mais perigosos, a que se juntavam mulheres da mais baixa condição, ébrias e maltrapilhas [...] cometiam toda sorte dos mais graves atentados (SEVCENKO 1984, p.14).*

Esse resíduo humano constituía uma ameaça aos valores e imagem que elites queriam que a Capital Federal transmitisse. Segundo o discurso público dominante, os "pobres" eram responsáveis tanto pela proliferação de doenças quanto pela desordem social. O vício da vadiagem desse refugo humano era considerado contagioso assim como suas moradias e seu modo de vida:

> *As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais [...]. Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a "realidade", faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico deque os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 1996, p.29).*

"A tempestade do progresso", em uma dinâmica centrífuga e seletiva, varreu do centro da cidade esses seres humanos como se fossem lixo contagioso, que simultaneamente ofereciam o risco do contágio das doenças e do vício na vadiagem. Esse refugo humano não foi varrido do centro da cidade apenas porque destruíram suas habitações. A ação segregadora do Estado foi além, atingiu as raízes pelas quais essa gente mantinha ligação com o espaço, evitando, assim, que restassem qualquer tipo de

laços materiais ou afetivos, que pudessem fixar os indesejáveis, o pesadelo das elites, ao solo da cidade dos sonhos, à capital "Regenerada":

> *A ação do governo não se fez somente contra os seus alojamentos: suas roupas, seus pertences pessoais, sua família, suas relações vicinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura enfim, tudo é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador (SEVCENKO, 1984, p.p. 43-44).*

Como se pode observar na explicação do então prefeito Pereira Passos:

> *Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros cercados pelo voo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com os seus dejetos, cenas estas que ninguém, certamente, achará dignas de uma cidade civilizada. [...] Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, isso com grave prejuízo da segurança e da moral pública. Tenho procurado por termo á praga dos vendedores ambulantes de loteria, que por toda parte perseguiam a população [...] dando à cidade, o aspecto de uma tavolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública [...] punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros à contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade (MEDEIROS, 1997, p.p.33-34).*

Outro elemento que funcionou como força segregadora foi o custo econômico que deveria ser despendido para morar na nova cidade. Ficava cada vez mais difícil viver na cidade regenerada, pois era preciso arcar com o aumento do preço do solo devido à especulação imobiliária, com os impostos que acompanhavam o fornecimento de luz elétrica, água, calçamento e esgotos.

Mesmo sendo categorizados como ordeiros e disciplinados na educação fabril, os operários não foram poupados da força segregadora da tempestade do progresso. Seus atributos não eram para o espaço público, mas para o espaço restrito do mundo do trabalho; é nesses ambientes que deveriam ser encontrados. Portanto, seu acesso à cidade ficou restrito ao seu espaço específico, o ambiente do labor. Como bem observou o sociólogo Zygmunt Bauman (2001), não há nenhuma outra forma de pensar na ordem sem atribuir às coisas seus lugares justos e convenientes, por exemplo, um par de sapatos magnificamente lustrados torna-se sujo quando colocado numa mesa de refeição. Numa bela passagem de seu livro sobre a Revolta da Vacina, o historiador brasileiro Nicolau Sevcenko (1984) faz uma observação semelhante sobre o espaço reservado ao mundo do

trabalho na Capital Federal regenerada. Segundo Sevcenko (1984), a elite dominante separa o mundo do deleite do mundo do trabalho; o mundo do trabalho torna-se invisível para a sociedade burguesa, pois é realizado longe dos seus olhos, em locais distantes:

> *Verifica-se toda uma estratégia de ocultamento do universo do trabalho: os motoristas e condutores ficam isolados numa cabine à parte; os empregados públicos e domésticos são submetidos a uniformes que identificam a posição, as tarefas e o espaço que lhes cabe; as cozinhas e respectivos empregados desaparecem das vistas dos restaurantes, leiterias e confeitarias; a área de serviço passa a ser criteriosamente demarcada e separada da área social das residências, que adotam também portas e elevadores laterais exclusivos para seus serventes. É o sortilégio da exclusão: vive-se num mundo rico e exuberante, que se sustenta por si mesmo, embalado pelo tilintar melódico do metal precioso e rutilante. (SEVCENKO, 1984, p.59).*

A reforma da Capital Federal divorciou o local do trabalho e a moradia devido à especialização funcional do centro da cidade e o consequente deslocamento dos operários para os subúrbios distantes. Tal divórcio foi impulsionado pelos custos de viver na cidade "regenerada" e pelo desenvolvimento dos transportes coletivos: os trens e bondes. Após o horário de funcionamento dos locais de trabalho observava-se um centro desertificado; o tempo que era dedicado às confraternizações, boemias, após as jornadas de trabalho passou a ser gasto nas longas viagens dos trabalhadores até suas casas. Uma consequência não esperada da reforma da cidade que facilitou a disciplina do espaço, pois evitava que os operários se desvirtuassem nas ruas (MENEZES, 1996).

Desenhava-se, assim, na cidade uma nova divisão geográfica. A homogeneidade original da cidade do Rio de Janeiro foi progressivamente dando lugar a uma discriminação dos espaços. O centro tornou-se o espaço burguês, dedicado aos negócios, belo, higiênico e com uma população vestida segundo a última moda parisiense (MENEZES, 1996). Os trabalhadores, operários, os "ordeiros", foram para os subúrbios ao longo das estradas de ferro e ao redor das estações de trem. Aproveitando-se das facilidades de transporte e, também, da oferta de força de trabalho pelo parque fabril que se instalou ao redor da cidade (MENEZES, 1996; SEVCENKO,1984). A Zona Sul por meio de uma política de urbanização ambiciosa voltada para os poderosos do momento, beneficiada pelos investimentos governamentais e pela tecnologia que possibilitou a superação de morros e áreas alagadas foi sendo ocupada. Nela são erguidas moradias suntuosas para os novos-ricos.

A enorme massa de "pobres", os vadios, em função das reformas e tudo que ela representava, foi se deslocando compulsoriamente para o alto dos morros e para as periferias. Esse "entulho humano", varrido dos espaços beneficiados pela ação do Estado, foram para os morros e os mangues, regiões desvalorizadas por serem impróprias para moradia (SEVCENKO, 1984; MENEZES, 1996). É importante ressaltar que o fluxo da população mais "pobre" da cidade para os morros e charcos não foi iniciado com a reforma da capital, mas antes da Proclamação da República e se deveu à crise habitacional causada pelo aumento demográfico da cidade e tornou-se mais intensa com a sistemática guerra aos cortiços, fatos que tiveram origem antes do governo de Rodrigues Alves (ABREU, 2006). Em 1897 o morro da Providência já era conhecido como Morro da Favella habitado por militares de baixa patente que haviam lutado em Canudos.

Nesses espaços vai surgindo uma forma de habitação popular, a favela. No início do século XX, eram casebres de tábuas de caixas de bacalhau, latas de querosene; habitações sem nenhuma forma de higiene e sem água corrente e na maioria das vezes, abrigavam várias famílias.

4. Estigma moral: identidades deterioradas

Não só se transferiram para as favelas os "pobres", a massa humana indesejável, mas também as categorias atribuídas à pobreza: o estigma da desordem, da sujeira, vadiagem e do vício na pobreza. Tais categorias atribuídas aos "pobres", que já os tornavam em seres que deveriam ser evitados, tornarão os espaços que passam a habitar em locais que não deveriam ser visitados. Essa representação social sobre as favelas como espaços que devem ser evitados devido ao perigo que representam ao mundo civilizado já está presente nas primeiras décadas do século XX. O jornalista Benjamin Costallat reproduz essa visão sobre essa nova forma de moradia dos "pobres" quando narra as dificuldades no acesso ao morro da Providência em razão da topografia da região: [...] Falavam-me sempre no perigo de subir à Favela [...] O maior perigo que eu encontrei foi o risco, a cada passo, de despencar-me lá [...] (Costallat, apud Valladares, 2000, p.11).

O perigo ao qual o jornalista faz menção é atribuído ao fato de que desde o início do século XX os morros da cidade passaram a ser vistos por policiais e alguns setores da sociedade como locais perigosos e refúgio de criminosos (ZALUAR & ALVITO, 2004). O relato de Costallat já apresenta os contornos de uma imagem que hoje se tornou fundamental sobre a representação das favelas. Segundo esse jornalista, a favela constitui-se em um mundo à parte da cidade, separada do mundo urbano e civilizado tanto por suas características topográficas quanto pela ideia de seus habitantes estarem submetidos a padrões próprios de sociabilidade que podem oferecer insegurança ao estranho que desconhece seus códigos: [...] Falavam-me sempre no perigo de subir à Favela [...] No trecho abaixo, Costallat, na mesma crônica citada, deixa mais nítida a imagem de que, no vácuo do Estado, existe uma cidade dentro da cidade, um mundo à parte com leis próprias:

> *[...] uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma. Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das vistas da polícia. Na Favela ninguém paga impostos e não se vê guarda civil. Na Favela, a lei é a do mais forte e a do mais valente. A navalha liquida os casos. E a coragem dirime todas as contendas*[2] .

Como escreve Licia Valladares (2000), a dicotomia descrita por Costallat retoma a oposição euclidiana entre sertão e mar. Essa imagem da favela, de um mundo à parte da cidade, irá ser complementada com o atributo de que ela é o representante do atraso, muito mais próximo à roça que da cidade (VALLADARES,2000). A ideia de atraso remete à visão evolucionista e positivista do mundo social. Segundo essa perspectiva epistemológica as formações sociais são comparáveis a seres vivos que evoluem de estágios inferiores para superiores. O caminho da evolução tem como fim inexorável a sociedade urbana e industrial, seu estágio positivo. Diante dessa visão, as favelas representam estágios inferiores de organização social.

O poeta parnasiano Olavo Bilac, consciente ou inconscientemente, comunga dessa "visão de mundo" positivista. Em 1908, escreve uma crônica no jornal O Malho, comentando o fato de ter conhecido uma lavadeira no Morro da Conceição que não descia ao centro da cidade há trinta e quatro anos e, em contraposição a essa existência, afirma que os únicos seres humanos que merecem ser considerados como tais são aqueles que transcorriam na cidade reformada:

---

[2] Ver: http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/semiar_6.html

> *Fizemos cá embaixo a Abolição e a República, criamos e destruímos governos [...] mergulhamos de cabeça para baixo no 'Encilhamento', andamos beirando o despenhadeiro da bancarrota, rasgamos em avenidas o velho seio urbano, trabalhamos, penamos, gozamos, deliramos, sofremos, gozamos, deliramos, sofremos – vivemos. E, tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato de nossa vida, como se, recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século atrasado, e no fundo da China [...] essas criaturas apagadas e tristes, apáticas e inexpressivas, que vivem fora da vida, se não tem glória ter praticado algum bem, podendo ao menos ter o consolo de não ter praticado mal nenhum, consciente ou inconscientemente [...] (ZALUAR & ALVITO, 2004, p.11).*

As imagens estigmatizadoras sobre esse espaço de moradia popular, as bases fundamentais de sua representação foram configuradas e sedimentadas nas duas primeiras décadas do século XX, por meio da dicotomia espacial, moral e estética com a cidade: favela x asfalto; ordem x desordem; civilização x barbárie e progresso x atraso. Entretanto, a produção de imagens, quadros de percepção, das favelas não cessou com o passar do tempo. Em meados do século XX as campanhas sanitárias consolidam seu êxito e a representação das favelas como lócus de propagação de doenças perde sua força, assim como a associação das favelas como espaço de moradia das classes perigosas após o governo de Getúlio Vargas (VALLADARES, 1991). Enquanto essas representações perdem sua força, o discurso da ciência evoca outras imagens sobre a favela.

Com o processo de transformação da economia brasileira de agrário exportadora para urbana e industrial, a imagem da pobreza torna-se uma "Questão Social" não sendo mais percebida como responsabilidade individual (VALLADARES,1991). As miríades de migrantes que deixam os campos em direção às grandes cidades procurando melhores condições de vida acabam se transformando, devido à falta de qualificação técnica, em "exército de reserva", elemento fundamental para o processo de acumulação capitalista. A partir dessa conjuntura histórica, os "pobres" não são mais concebidos como ociosos e vadios. Mas como aqueles que querendo vender sua força de trabalho, não são absorvidos pelo mercado de trabalho moderno, sendo por isso os "excluídos", "marginalizados" das atividades produtivas modernas. E, devido à sua situação de "marginalidade" esses "pobres" procuram sobreviver por meio de subempregos. A favela durante esse período passa a ser expressão máxima da marginalidade, não da marginalidade moral, mas dos que sobrevivem à margem do sistema econômico moderno; síntese da não integração à sociedade urbana:

> *O termo favelado passa a ser sinônimo de "pobre" e o espaço-favela ganha atributos muito semelhantes àqueles associados, décadas antes, ao cortiço: área insalubre, constituída de habitações precárias, verdadeiro câncer necessitando ser extirpado do tecido urbano (VALLADRES; 1991, p.99).*

A imagem da favela como moradia das classes perigosas perde sua força no discurso da ciência haja vista que os marginalizados não estão nessa condição porque se negam vender sua força de trabalho, mas porque sua força de trabalho não tem as qualificações exigidas pelos meios modernos de produção. Todavia, a representação da favela como espaço social perigoso não desaparece em nossos dias, é uma das representações mais evocadas sobre esse espaço de moradia popular. De fato, desde as duas últimas décadas do século XX a favela, lócus dos marginalizados das relações econômicas modernas, passa a ser representada pelas práticas socais e discurso dos meios de comunicação como lócus privilegiado da marginalidade moral. Com a chegada do narcotráfico em toda a cidade, a favela passou a ser vista como espaço do tráfico por excelência, apesar do comércio não está restrito a ela (ZALUAR & ALVITO, 2004).

Considerações Finais

Durante esses cento e vinte anos de existência, esse espaço de moradia popular é um fantasma que assombra a cidade (ZALUAR & ALVITO, 2004). Porque todas as representações sociais sobre a favela foram baseadas numa dicotomia simplista, genérica e maniqueísta onde foi e é representante do lado "mal." Essa dicotomia arbitrária em que somente a interpretação lado do mais forte prevalece e se impõe; esvazia a humanidade do outro, transformando a sua diferença numa ameaça. Essa lógica, como escreveu Sevcenko (1984), esvazia o conteúdo humano do diferente, além de ter servido de justificativa a todos os grandes massacres da história, da inquisição ao holocausto, traz sérias consequências à identidade social dos grupos mais fracos.

Como observa o filósofo Charles Taylor (1995), à medida que identidade de um indivíduo é uma construção dialógica - se molda pelo reconhecimento ou por sua falta, ela pode sofrer sérios danos quando o discurso dominante a reflete num quadro

depreciável. Ou seja, o não reconhecimento apropriado consiste na depreciação de tal identidade pelas representações dominantes que trazem danos para o sentido do self dos membros do grupo dominado. Segundo Taylor (1995), os grupos mais fracos tendem a internalizar as identidades impostas e degradantes que o discurso hegemônico atribui a eles. Desta forma, a autodepreciação se transforma em um dos instrumentos mais poderosos de sua opressão (TAYLOR, 1995).

Enquanto os escravos, criminosos ou traidores na Grécia Antiga manifestavam seu status moral com estigmas, marcas no corpo feitas com cortes ou fogo (GOFFMAM 1982), os "favelados" incorporam seu estigma por meio de suas identidades deterioradas; manipuladas pelo discurso dominante.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de. **A *evolução urbana do Rio de Janeiro***. *Rio de Janeiro IPLANRIO*; 2006.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENCHIMOL, J. L. (Coord.). "Origens e evolução do Instituto Oswaldo Cruz no período 1899-1937". In: BENCHIMOL, J. L. (Coord.). **Manguinhos do sonho à vida: A ciência na Belle Époque.** Rio de Janeiro: Fiocruz. Casa de Oswaldo Cruz, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**, São Paulo, Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales". In: FAUSTO, Boris. (dir.). **O Brasil Republicano. Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

CARVALHO, José. **Os bestializados. O Rio de janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GÓES, Maria Conceição Pinto. **A formação da classe trabalhadora**: Movimento anarquista **no Rio de Janeiro**, **1888- 1911.** Rio de Janeiro: Zahar e Fundação José Bonifácio, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

MEDEIROS, Lená *Medeiros* de. **Os Indesejávei***s*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.

MOTTA, Marly**. Rio, Cidade-Capital**, Jorge Zahar Editor, Coleção Descobrindo o Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Paz & Terra, São Paulo, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta Da Vacina - Mentes Insanas em Corpos Rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TAYLOR, Charles**. Argumentos filosóficos** São Paulo: Loyola, 1995.

VALLADARES, Lícia. "Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil" in. **Corporativismo e Desigualdade: A Construção do Espaço Público no Brasil**. Organizado por Renato Raul Boschi. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1991

_____. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 15, n. 44, p. 05-34, Oct. 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Dec. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001.

_____. **A invenção da favela – do mito de origem a favela.com.** editora FGV. Rio de Janeiro, 2005.

ZALUAR, Alba.; ALVITO, Marcos. **Um século de favela.** Rio de Janeiro, ED. FGV, 2004.